

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS.**

**AGNES KAROLINE DE FARIAS**

**Guerra nos territórios:  
Experiências de ocupações.**

Guarulhos  
2018

AGNES KAROLINE DE FARIAS

# **Guerra nos territórios: Experiências de ocupações.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
Apresentado como requisito parcial para  
Obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Paulo  
Orientação: Valéria Mendonça de Macedo  
Co-orientação: Edson Teles

Guarulhos  
2018

Guerra nos territórios: Experiências de ocupações. Agnes Karoline - Guarulhos, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Ciências Sociais) –  
Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências  
Humanas, Departamento de Ciências Sociais, 2018.

Orientadora: Valéria Mendonça de Macedo.

Co – orientador: Edson Teles

Título em inglês: War in the territories: *Occupy* Experiences.

1.Democracia autoritária. 2. experiência. 3. ocupação urbana . 4.MTST.  
I Macedo, Valéria Mendonça de.

**Agnes Karoline de Farias**

## **Guerra nos territórios: Experiências de ocupações.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
como requisito parcial para obtenção do título  
de Bacharel em Ciências Sociais  
Universidade Federal de São Paulo  
Área de concentração: Ciências Sociais

Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria Mendonça de Macedo (orientadora)  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Edson Teles (co – orientador)  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Marcos Pereira Rufino  
Universidade Federal de São Paulo

## **RESUMO**

Este trabalho refere-se a uma experiência de luta e reflexão junto ao movimento dos trabalhadores sem teto do período de 2014 a 2017. Fiz trabalho de campo-ação-teoria nos períodos de Resistência da ocupação Copa do Povo, da memória por verdade e justiça na ocupação Carlos Marighella e do Ocupa Brasília após o Golpe. Há também uma análise sobre os meios de comunicação nesses episódios. Este ritornelo é movimento de vivência e de análise que apontam a experiência política brasileira de uma democracia autoritária em curso, assim como a precarização da vida humana quando o capital decide pela produção de conhecimento, da cidade e da política. Ainda, constitui-se como uma experiência de sistematização e luta para a descolonização do pensamento em ocupações e disputa no território do conhecimento.

## **ABSTRACT**

This work refers to an experience of struggle and reflection with the homeless workers movement from 2014 to 2017. I did fieldwork-action-theory in periods of Resistance of the People's Cup occupation, of memory for truth and justice in the occupation Carlos Marighella and of Ocupa Brasília after the Coup. There is also an analysis regarding the media in these episodes. This ritornelo is a movement of experience and analysis that points to the Brazilian political experience of an ongoing authoritarian democracy, as well as the precariousness of human life when capital decides for the production of knowledge, the city and politics. It is also an experience of systematization and struggle for the decolonization of thought in occupations and dispute in the territory of knowledge.

## **Agradecimentos**

À Élégbará que sempre abrem meus caminhos, de encontro com as trajetórias de luta do povo negro e indígena que fazem parte da minha ancestralidade e que fortalecem meu Òri com as forças de Óya que me ensina a guerrear e Òssoxi que me ensina a flechar os conhecimentos necessários a vida humana e divina. A Jurema que me ajuda a respirar.

À Yalorisá mãe Claudia de Oya e ao Awo Ifá Pai João por fortalecerem meu sagrado. Ao meu mestre de Capoeira Dinho Caruaru e Professora Nega Tana que me ensinam a ginga e as esquivas necessárias no jogo de capoeira para a vida e para a resistência diária. A minha filha Anna Julia e ao meu companheiro Renato Racin que enfrentaram comigo todo o percurso acadêmico e a minha militância com muito amor.

A todas as mulheres que lutaram antes de mim, para que eu pudesse continuar esta luta! Assim como as manas que me acolheram e lutaram comigo nas ocupações do MTST, em especial a Natalia, Claudia, Luciana, Tuca, Simone entre outras que me ensinaram muito e que pudemos aprender muito juntas!

Aos lutadores e lutadoras que pude compartilhar a luta pela educação publica e de qualidade na conquista pelo nosso prédio, bandeirão, transporte, biblioteca e saberes não legitimados pela universidade, principalmente aos Professores Drsº Edson Teles, Henrique Parra e Valéria Macedo, assim como minhas amigas de luta Ana Beatriz, Gabriela de Jesus Nunes, Danila, Ariane Pires, Lais Pimentel, Monique Lupe, Ana Morales, Karen e Bolivia, todas enfrentaram comigo e me ajudaram no percurso acadêmico e no enfrentamento necessário da luta de creche.

À minha mãe Simone Aparecida de Farias que de forma muito guerreira cuidou e educou quatro filhas, sozinha. In memória da Minha Avó que também contribuiu muito para a mulher que me tornei hoje!

## **Sumário**

<b>Introdução .....</b>	<b>08</b>
<b>Capítulo 1 – Ocupação de terra.....</b>	<b>12</b>
<b>Capítulo 2 – Ocupa Brasília: Os medos no Brasil e os bloqueios da política .....</b>	<b>31</b>
<b>Capítulo 3 – Ocupação pela descolonização do pensamento ou Disputa por um lugar de fala e um pensamento criativo.....</b>	<b>45</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>54</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>56</b>

## Introdução

Este é um trabalho de conclusão de curso de ciências sociais produzido na Unifesp de Guarulhos, que fica localizada no bairro Pimentas. A escrita deste trabalho, portanto, refere-se antes de qualquer coisa a uma vida ou várias delas. Acredito que o conteúdo de uma monografia, teoria, ou escrita, muito antes de significados, significantes, signos e símbolos de uma língua aborda toda uma experiência vivida. A língua portuguesa, por exemplo, em si esconde a guerra dos lugares, das etnias, da cultura da linguagem, portanto, há uma limitação da língua portuguesa e da linguagem escrita.

Trata-se da forma pelo qual hoje é possível descrever o que transborda o vivido, e contar as outras, ou seja, aquelas que partilhamos da experiência vívida um campo de experimentação. “Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível ou o vivido. A escrita é inseparável do devir: ao escrever, estamos num devir-mulher, num devir-animal ou vegetal, estamos num devir-molécula, até num devir-imperceptível” (Deleuze, 1997, p.11). A escrita deste trabalho tem o objetivo de atingir um diálogo entre alguns conceitos da *filosofia da diferença* de Deleuze e Guattari com o conhecimento que a experiência de campo em ocupações me afetou. Como um agenciamento, a escrita institui uma incorporação de lutas, sangues, resistências, cheiros, cores, ventos, sensações.

Se Foucault trouxe para a reflexão que “a política é a continuação da guerra por outros meios” (1997, p. 22), sem dúvida, a escrita da teoria política ou social é a parte da narrativa por onde as armas de guerra são formuladas. Onde um conjunto de atores e autores já começa perdendo pela ordem discursiva imposta a nós de como e por onde determinadas questões devem ser abordadas e descritas, de acordo com um determinado cânone da produção de conhecimento ocidentalizada. Assim como a língua limita nossos movimentos, afetos, desejos e anseios numa modulação que o som do ataque não se encaixa; assim como o horizonte da língua não mais tupi ou Ioruba, mais sim uma língua Portuguesa que jamais fora ou será a nossa mãe.

Em grande parte da minha formação em ciências sociais, meus aprendizados foram nas ocupações de terra com o MTST, nas ocupações da universidade e também nas lutas na cidade com a ocupação de praças e o Ocupa Brasília. Além disso, participei ativamente



da construção do núcleo de filosofia e política coordenado pelo professor Edson Teles, que sempre nos deu muito espaço para a experimentação do pensamento assim como o olhar para a ação política contemporânea, onde inclusive tive a possibilidade de estudar e compartilhar com pesquisadores leituras filosóficas, angústias de produção de conhecimento e partilhar espaços de luta.

O objetivo central deste trabalho é trazer para esse plano do devir as experiências vividas em ocupações. Abordarei a ocupação de terra pelo MTST em Itaquera em tempos de guerra de lugares de moradores sem teto versus a invasão do capital internacional. Também me voltarei para a ocupação do território abstrato que é Brasília na reterritorialização para os trabalhadores, movimentos de luta e povos tradicionais em ocupar a política como campo de batalha e, por outro lado, a ação de controle do estado ao evocar leis de segurança nacional para criar uma linha de corte na possibilidade de ocupar o espaço com bombas, tiros e gás lacrimogênio. Por fim, também estarei voltada para as ocupações de escolas e universidade que disputam os territórios férteis dos saberes, mas também o lugar de fala e legitimidade de dizer ou formulá-los.

Entendo *ocupação* como uma tecnologia da ação política contemporânea que faz a disputa no plano da micropolítica, assim como reivindica e institui o devir que transborda a partir da diferença em relação a uma cultura capitalística que propõe sermos nós todas iguais e do ponto de vista da produção subjetiva que somos todas diferentes frente a um plano de desterritorialização que nos estratifica, nos separa nos desestrutura. Seja numa ocupação na escola, na universidade, no bairro, no centro da capital política ou na abstração do Estado que é Brasília, nos produzimos enquanto devir revolucionário, garantindo assim uma corporeidade para um combate de deslocamento em relação à sujeição social e maquínica.

O conceito de *ritornelo* desenvolvido por (Deleuze, 1988, p. 397) nos ajuda a visualizar um agenciamento territorial por onde a ação política percorre no nível molecular. Ritornelo é esse agenciamento territorial que passa por três momentos: 1) a desterritorialização, ou a procura de um novo lugar, a desertar; 2) a territorialização, por tornar para si um território; 3) a reterritorialização, que refere-se a retornar a uma origem. Contudo, ritornelo é “todo conjunto de matérias de expressão que traça um território, e que se desenvolve em motivos territoriais, em paisagens territoriais” (MP,

vol. 4, P 139). Esse movimento que o conceito de ritornelo ajuda a fazer funcionar à condição política que o país enfrenta em relação a condição dos povos que aqui vivem, tanto na formas pelas quais as resistências com a ação de ocupar permitiram vivermos ou não neste momento, como do ponto de vista da ação de controle produz, inclusive bloqueios.

O agenciamento territorial está relacionado com a terra e, neste sentido, a primeira parte do trabalho constitui a minha experiência junto ao MTST nas ocupações Copa do Povo em Itaquera no contexto da copa do mundo, assim como a ocupação Carlos Marighella no contexto da Comissão da Verdade. De forma alguma a terra é o contrário da desterritorialização, ao contrário, esta é criadora da terra, uma nova terra, um universo. A Copa do Povo foi o universo possível criado pelo movimento sem teto para que as pessoas que estivessem sendo expulsas de Itaquera por conta da especulação imobiliária e das novas construções da cidade-capital permanecessem em Itaquera. Assim como a ocupação Carlos Lamarca em Osasco e Carlos Marighella em Carapicuíba (ao lado do posto do exército de Quitaúna) permitiram a permanência dos viventes da aldeia e das outras vidas precarizadas permanecerem com a memória viva dos lutadores contra a ditadura militar, permanecendo ali onde a história queria ser desvendada por eles, mas continuava a ser abafada, velada e fingida pela história oficial.

A segunda parte tematiza a experiência de campo no Ocupa Brasília, após o Golpe parlamentar midiático, jurídico e machista que derrubou a única presidente mulher eleita no país. Entendo o Ocupa Brasília como uma parte de um processo de desterritorialização e reterritorialização, no sentido de um território que foi perdido, esvaziado, que se espera reocupar ou ocupar, produzindo significado sobre este. Neste momento também espero discutir a subjetividade do medo construída como mercadoria de controle populacional, em relação à violência produzida sobre as minorias políticas e sobre as diferenças que estas trazem em si, assim como aos seus territórios de resistências.

No terceiro momento deste trabalho pretendo trazer as experiências de campo das ocupações em escolas e universidade, com ênfase para o lugar de fala e de reconhecimento daquele que fala e escreve. Assim como há uma luta de como, onde e a partir de quem os conteúdos epistemológicos são inventados e desenvolvidos, autoras como Sueli Carneiro denunciam o epistemicídio da produção intelectual negra no país

em razão do racismo institucional e da política de embranquecimento na sociedade brasileira. No que diz respeito a produção de conhecimento, dialogarei com autoras feministas como (Donna Haraway, 1995), (Amelinha Teles, 2017) e (Djamila Ribeiro, 2017). E a pergunta que permanece: como escrever a partir da língua e estrutura, codificações e leis que me negam enquanto um sujeito livre e falante?

## 1º Capítulo – Ocupação de terra

Neste capítulo faço relatos da minha experiência em duas ocupações e terra do MTST que aconteceram em dois territórios distintos e periféricos, uma foi à ocupação Copa do Povo que aconteceu em Itaquera no período da invasão do capital internacional e megaeventos e a outro foi a Ocupação Carlos Marighella que aconteceu em Carapicuíba no mesmo período da comissão nacional da verdade. Assim como propor uma reflexão acerca da ação de ocupação de terra como um espaço de resistência na cidade do capita e da financerização.

Com certeza descrever ocupação de terra no Brasil passaria por discutir de 2 a 4 milhões da população indígena que estimaria a viver aqui no território antes do processo violento e do etnocídio indígena que a colonização instaurou. Assim como seus modos de vidas, organização política, cosmologia do pensamento e o quanto nós, aquelas que perderam o direito de se relacionar com nossa própria ancestralidade assim como nossa cultura podermos nos aproximar deste passado recente e quebrar o abismo histórico que assola nos afetos e nossa vida cotidiana. Assim como, das organizações políticas de resistência quilombola ou das resistências nas favelas e cortiços da cidade. Infelizmente neste trabalho não será possível caminhar por este rumo. Precisaria um trabalho específico e de anos de estudos e dedicação para tal empreendimento. O que nos restou para esse momento e nossa condição de sem terra, sem teto, sem identidade, sem poder, desterritorializadas em nossa própria terra natal.

Para os Franceses Deleuze e Guatarri, que tiveram a condição de se revoltar com a história da filosofia e fazer algo que se preste com o pensamento, desterritorialização “é o movimento pelo qual “se” abandona o território”. “É a operação da linha de fuga”. No entanto existe uma desterritorialização absoluta:

[...] Seria preciso, inicialmente, compreender melhor as relações entre D, território, reterritorialização e terra. Em primeiro lugar, o próprio território é inseparável de vetores de desterritorialização que o agitam por dentro: seja porque a territorialização é flexível e “marginal”, isto é, itinerante, seja porque o próprio agenciamento territorial se abre para outros tipos de agenciamentos que o arrastam. [...] ( DELEUZE e GUATERRI, 1997. P, 225)

Neste sentido, a terra, hoje, é a uma criação desta desterritorialização colonial racista, machista e eurocêntrica. Não a por acaso o déficit habitacional quantitativo no Brasil é de 6.940.691 famílias. Isso significa que cerca de 22 milhões de brasileiros e brasileiras não tem casa<sup>1</sup>.

Neste trabalho não será possível discutir todas as questões complexas que tangem a história de invasão de terra brasileiras feita pelos colonizadores assim como da história mais recente sobre a despossessão de terra que se faz em todo o globo com os mais pobres. Os trabalhos de Ermínia Maricato (1982, 1987, 2002 e 2011) assim como da Raquel Rolnik (1989, 1997, 2009, 2011, 2013, 2014, 2015) já assim o fizeram apontam de forma detalhada como a desigualdade da terra é um fenômeno global que reitera desigualdades assim como é uma problema sociológico que tanto formula quanto produz a cidade e as vidas de milhões de pessoas que são obrigadas a morar nelas.

Em um trabalho de conclusão de curso, nem seria possível percorrer as bibliografias que apontam de forma sistemática o problema da questão da terra nas sociedades que foram colonizadas assim como até hoje sofrem da produção de sem tetos ao mesmo tempo em que há grandes terras vazias nas periferias e muitos tetos vazios nos centros das metrópoles, é possível consultar (HARVEY, 1996, 2003, 2013), Beatriz Nascimento (1980). Ao mesmo tempo, do ponto de vista da ciência política desde os textos mais clássicos como a Política de Aristóteles já veremos a terra como uma local central de disputa política e de relação de conflito social entre os mais ricos e os mais pobres. Pontuo esses textos clássicos e estudos aprofundados sobre a terra, para demonstrar que desde há um debate extenso sobre na filosofia, na ciência política e nas sociais de forma geral.

Não será o objetivo de este trabalho fazer um levantamento detalhado das referências bibliográficas da história da filosofia e menos ainda das ciências sociais em relação ao tema, mesmo que essa fosse uma proposta, seria inviável pelo tempo e recursos possíveis de uma pesquisa de conclusão de curso, então sei que há muitas outras referências a serem consultadas em um estudo com mais minúcia sobre o tema.

---

<sup>1</sup> Tomei contato com esses dados no livro: “Porque ocupamos?”. O filósofo e militante Guilherme Boulos faz uma introdução à luta dos sem-teto. E explica a o problema da moradia no Brasil. E aponta esses dados sobre a fonte de um estudo feito pela Fundação João Pinheiro, publicada em novembro de 2013. P, 31.

E neste sentido, me focarei em descrever minha experiência de campo nestas duas ocupações do MTST, sabendo que a experiência de campo refere-se a uma descrição intercalada como reflexões de como a ocupação me levou a refletir de, o porquê a terra, ou seja, local que deveria ser obvio de direito a todos e todas é um território em disputa onde o vazio tem mais direito sobre o espaço da cidade do que a vida de algumas pessoas? Mas de forma alguma entendo esse registro como totalizante nem mesmo para contar a história destes dias ocupações, menos assim generalizar sobre a desigualdade territorial entre outros temas universalistas como a terra e suas disputas.

Neste momento, na escrita sobre as ocupações, me situo enquanto sujeito-objeto da pesquisa. Em termos de bibliografia tive acesso a um artigo da sociologia da educação sobre o MTST (TOMIZAKI, 2015), assim como uma dissertação etnográfica sobre uma ocupação no centro de São Paulo (MSTC) (AQUINO, 2008) e relatos etnográficos de ocupações do MTST (BOLONHA E KAPPAUN, 2016). Assim como o livro “Porque ocupamos?” (BOULOS, 2014). Como alguém que mora em ocupação, me sinto objeto de tais análises e descrições sociais e filosóficas, assim como neste momento que escrevo sujeito. E esses lugares de escrever e viver se deslocam todo tempo, neste sentido, sujeito-objeto porque sou atuante e interpelada todo o tempo pela política e pelas narrativas teóricas constituídas sobre minha experiência.

Comecei para ter como base a descrição deste campo de (AQUINO, 2008) que descreveu os processos de significação de um movimento sem teto do centro (MSTC). Nesta dissertação o autor explica sobre o MSTC, sua construção institucional, descreve a relação do movimento, outros movimentos, assim como o cotidiano das ocupações e moradores, e ainda a relação entre os coordenação e moradores. Também discorre sobre a relação do mesmo movimento com o poder público, para negociar pautas de moradia popular. Contudo, eu não teria como fazer o mesmo caminho. Porque não selecionei o MTST como um objetivo de pesquisa. Nem ao menos posso pontuar atos de fala do movimento como falas de nativos.

A descrição que farei é desviante da lógica sujeito-objeto como pontos desligados da produção de análise e descrição. O meu primeiro contato com o movimento dos trabalhadores sem teto aconteceu quando o estado brasileiro ensaiava seus territórios para receber a copa do mundo aqui no Brasil, neste ensaio, nossas imagens cotidianas eram de despejo, violência policial contra manifestações e grandes

arquiteturas sendo feitas pelo país a fora. No começo de 2014, presenciei um despejo que ocorreu com muita violência por parte da polícia militar de São Paulo em uma ocupação em Itaquera onde havia cerca de mil famílias, e foi após esse despejo que em assembleias e conversas no bairro para lidar com o desafio de como auxiliar as famílias que conheci dois militantes do movimento, Erica e Josué.

Após alguns meses, já com a necessidade, dos sem tetos, latente assim como famílias que estavam sendo expulsas de Itaquera dado ao aumento do aluguel, pois naquele território víamos os flash da abertura da Copa do Mundo, no dia 1 de maio à meia noite acontece a ocupação em um terreno há 3 quilômetros do suposto estádio, ainda em construção da época, que faria a abertura para o megaevento. A denúncia pública que o movimento fazia neste momento era “Se um país pode gastar milhões com uma copa do mundo, porque não poderia gastar o mesmo para resolver a demanda da moradia popular”.

Além disso, na primeira noite de ocupação, uma hora após a entrada as barracas de lona já estavam montadas. E a narrativa era a seguinte: “Ninguém ocupa uma terra e fica de forma precária na lona porque quer aqueles e aqueles que fazem isso é por necessidade, ou porque pagam alugueis abusivos, ou porque moram de favor na casa de parentes”, Guilherme Boulos em uma assembleia de madrugada em um terreno abandonado para gerar lucro e especular o valor da terra e do aluguel, continua sua fala dando aula de filosofia, problematiza naquele momento a função social da terra, o dever e a legalidade do estado assim como a condição digna da vida das pessoas periféricas que são expulsas de seus territórios. Naquele momento, eu estava começando os estudos de ciências sociais e minha realidade em relação a questão da moradia não era diferente, na época eu compartilhava um apartamento com mais três estudantes da universidade.

A carga de leitura e envolvimento que a universidade publica nos coloca de trabalho constante, e eu uma estudante mulher e periférica, tinha apenas a bolsa de auxílio e permanência então minha contabilidade era a seguinte: ou eu pagava aluguel e as contas básicas, ou eu comia, ou circulava pela cidade, ou comprava materiais de estudos como livros, xerox e etc...É ou, porque de certo que todas essas coisas não seria possível executar. Trabalhar e estudar que para umas mulheres brasileira que são mães significa: ter um trabalho remunerado, trabalho domestico, horas a fio de deslocamento pela cidade, trabalho do cuidado com a prole, e em uma universidade pública,

convenhamos que na ordem atual das coisas é um malabarismo impossível de não consigo enumerar as jornadas. Além disso, neste ano a universidade trocou de lugar. Saiu do bairro das Pimentas, pois a escola de humanidades começou a funcionar sem o prédio estar construído. O ensino superior foi ampliado pelo REUNI, mas com algumas precariedades como: falta de estrutura, sem política de acesso e permanência estudantil, entre outros problemas. No terceiro capítulo, me dedicarei de forma mais minuciosa a ocupação da universidade.

Mas, o fato é que com a universidade no centro de Guarulhos, outro público estaria convidado a estar nela, eu, por exemplo, não tinha condições alguma de pagar um aluguel ou viver no centro, assim como não conseguia me locomover para o centro. Aos poucos fui deixando a universidade. E então não era mais possível dividir aluguel com estudantes, porque estes não se encontravam mais no bairro Pimentas. Fui então morar na Copa do Povo e tentei manter os estudos. Mas não foi possível, consegui de fato me restabelecer na faculdade somente em 2016, quando o campus voltou para o bairro Pimentas. A ocupação Copa do Povo rapidamente cresceu, já que os aluguéis nesta época estavam altamente abusivos.



A ocupação Copa do Povo rapidamente cresceu, já que os aluguéis nesta época estavam altamente abusivos em Itaquera, pelo estádio que estava em construção, pelo



glamour da Copa do Mundo. Então vários equipamentos arquitetônicos foram construídos, como ampliação de vias, estádio, ampliação da estrutura do metrô, terminal urbano. Não usarei sem-teto como uma categoria nativa e sim como uma categoria analítica de entendimento de uma condição social, portanto coletiva, mas que enquanto enunciado perpassa por um indivíduo. Entendo assim, pois no Brasil, desde 1988, moradia é um direito social que deve ser assegurada pelo estado. Assim como a reforma urbana é algo previsto para que as desigualdades deste país culturalmente escravocrata e patriarcal. É comum que um movimento social seja analisado a partir de um ponto de vista identitário? Sendo que existe um sistema social macropolítico que produz a condição de sem-teto?

“ não tenho casa, não tenho teto copa do mundo no Brasil me revolta.” - Música da Copa do Povo

Eu gostaria de sistematizar uma experiência que eu também estou no processo. E não narrar o que estou distante. Não acho que a teoria precisa de distanciamento da vida. O ano de 2014, que ocorreu o megaevento da Copa do Mundo. E isso aconteceu muito próximo às manifestações de junho de 2013. Inclusive, em 2014 ainda estava muito latente como a sociedade brasileira estava lidando com aquelas manifestações. Farei um mosaico de eventos para demonstrar esse aumento da repressão.

Entendo essa escrita como um registro no campo da imanência. Para Deleuze a imanência é uma vida, ao passo que se constitui enquanto campo ela mesma:

[...] Uma vida está em toda parte, em todos os momentos que este ou aquele sujeito vivo atravessa e que esses objetos vividos medem: vida imanente que transporta os acontecimentos ou singularidades que não fazem mais do que se atualizar nos sujeitos e nos objetos. Essa vida indefinida não tem, ela própria, momentos, por mais próximos que estejam uns dos outros, mas apenas entre-tempos, entre-momentos. [...] <sup>2</sup>

Neste texto, Deleuze pressupõe que as experiências singulares do vivido constroem o campo, e supera a relação sujeito-objeto como algo oposto e de polaridades, pois ambas se atualizam e se sobressaem. E nesse sentido que continuo com esse mosaico de experiências.

---

<sup>2</sup> DELEUZE. A imanência uma vida. p, 5.

Aqui vou descrever vídeos públicos sobre a Copa do Povo e a diferença de narrativas entre os vários agentes públicos: militantes, jornalistas, acampados. Um dos vídeos, produzido pelo coletivo Vira-lata, chamado “Ocupação – Assim começou a Copa do Povo em Itaquera”. São imagens da noite do dia 2 maio de 2014, no momento da ocupação do terreno que fica no Jd. Helian em Itaquera, terreno localizado a 3 km da estádio que sediou o primeiro jogo da Copa do Mundo. As primeiras imagens são dos bambus, foca na imagem de um dos coordenadores do MTST, Guilherme Boulos. E depois abre com a fala da Jussara Basso, também do MTST, que explica:

“Nós estamos numa área particular que está abandonada há 22 anos, a especulação imobiliária funciona desta forma. No período de copa do mundo, ocupar uma área como essa, próxima ao Itaquerão, é um grito. Um grito de independência dos excluídos. Nós nos sentimos reprimidos e reprimidos o tempo todo. Isso aqui que você está vendo agora é uma demonstração da força da organização popular, das organizações sociais...As pessoas são carentes, aquelas que sublocam a casa com parentes, ou moram em área de risco, ou estão morando em área de risco. Pagam o aluguel que é maior que 80% o valor do seu salário. É esse o perfil. A intenção aqui é um empreendimento de moradia do Minha Casa, Minha Vida de 0 a 3, para que as famílias tenham onde morar. Um lugar digno. Eu acho que a visibilidade internacional vai demonstrar que o país não tá pronto pra receber um megaevento. Porque ele esqueceu do pobre, favelado, da pessoa que não tem casa, não tem dinheiro pra pagar aluguel. Então é isso que está acontecendo aqui hoje”<sup>3</sup>

Guilherme Boulos:

“Essa ocupação, além de ser uma forma de buscar resolver o problema de moradia de milhares de pessoas aqui de Itaquera, é também uma forma de denúncia dos abusos dos crimes cometidos pela Copa do Mundo. E uma ocupação que pra nós tem um valor simbólico também porque nessa ocupação o bairro dela, Itaquera, é o bairro que daqui um pouco mais de um mês vai ser a abertura da Copa do Mundo.

Aqui em Itaquera logo depois que houve o anúncio de que o estádio seria da abertura da copa. Em menos de seis meses os alugueis aumentaram 150%. Você tem um aumento do deficit habitacional na região não houve nenhum legado da Copa para os

---

<sup>3</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=kQ2YBLBiZTU> (retirado dia 24 de junho de 2017)

moradores mais pobres de Itaquera. Muito pelo contrário, o que temos visto da postura do governo em relação a Copa do Mundo tem sido um gasto brutal em aparato repressivo, na suposta segurança pública. Mas na verdade são instrumentos de repressão pra garantir uma copa do mundo impopular, em que o povo não vai estar nos estádios porque não pode nem pagar ingresso.

Em assembleia – Fala do Guilherme:

“Esse recado que estamos dando essa noite vocês não tenham a menor dúvida que amanhã cedo vai tá ecoando por todo o país. E que o país todo vai saber que do ladinho da inauguração da Copa os trabalhadores sem teto estão mostrando a cara, os trabalhadores sem teto estão saindo do buraco onde eles queriam enfiar a gente e mostrando a cara pra dizer que, ou garante direitos pro povo ou eles não vão fazer essa Copa do jeito que eles querem não! Essa ocupação é a demonstração desta luta. E por isso foi fundamental a presença, a resistência de cada companheiro que veio aqui.”<sup>4</sup>

Depois da assembleia foi feita uma fogueira, onde algumas pessoas que cuidavam da segurança da ocupação permaneceram. E as maiores partes das pessoas foram até suas barracas para dormir. Amanheceu e muitas pessoas chegavam até o local, pediam informações de como poderiam fazer a luta junto ao movimento, relatavam problemas de moradia e um grupo do movimento orientava as pessoas a entrarem e fazer o seu barraco. Em 48 horas já tinham 2.000 mil barracos. Uma semana depois a ocupação já contava com 4.000 mil barracos.

Em termos mais gerais sobre o impacto da Copa do Mundo no Brasil temos o trabalho realizado pelo Comitê Popular da Copa de São Paulo onde foi elaborado através de varias reuniões aberto, atividades, grupos de trabalho e pesquisa um dossiê <sup>5</sup>sobre a Copa da Fifa de 2014 e seus impactos desastrosos. Assim como se organizou uma campanha de luta “Copa sem povo, tô na rua de novo”<sup>6</sup>. Neste sentido, acredito que este dossiê é um registro muito importante a ser consultado para retomar as

---

<sup>4</sup>Idem 9.

<sup>5</sup> Dossiê do Comitê Popular da Copa SP – Copa pra quem?  
[https://comitepopularsp.files.wordpress.com/2015/10/livro\\_copa\\_pra\\_quem\\_web.pdf](https://comitepopularsp.files.wordpress.com/2015/10/livro_copa_pra_quem_web.pdf) (retirado dia 14 de maio de 2018)

<sup>6</sup> <https://comitepopularsp.wordpress.com/o-comite/quem-somos/> (retirado dia 14 de maio de 2018)

problemáticas gerais no qual o Brasil se inseriu nesta conjuntura. E ademais este trabalho não teria condições e menos ainda se pretende ser um trabalho que consiga mensurar tais questões.

E a grande imprensa começa a noticiar o acontecimento. Farei uma transcrição do Jornal da Gazeta:

“Invasão, chamada de Copa do Povo, localizada na região de Itaquera na zona leste já abriga cerca de mil e quinhentas famílias....

Na entrevista, uma jornalista em campo diz: Esse grupo acaba de chegar e está tirando o mato pra fincar as estacas que vão sustentar as lonas. As cinco famílias vieram do bairro vizinho de São Miguel paulista. O Carlos Alves Pereira, que é pedreiro, diz: Que da família dele veio o filho que é casado e tem filho. A mulher dele com filhos, e seu amigo. E tão fazendo barracos para ficar todos juntos.

A jornalista acentua que são cerca de 1500 barracos para ficar desde o sábado e que ocupam ainda a metade do terreno particular ao lado do parque do Carmo. Os organizadores do MTST dizem que as famílias que vieram da região de Itaquera e de outros bairros da Zona Leste vivem em favelas ou pagam aluguel”<sup>7</sup>

A grande imprensa usa a categoria ‘invasão’ e o movimento usa a categoria ‘ocupação’. Pode parecer somente uma questão de termos, mas por trás destas categorias há muitas questões. A primeira delas é que ‘invasão’ é um termo considerado pejorativo. Já ‘ocupação’ é uma categoria de ação política e organizada.

O filósofo Guilherme Boulos<sup>8</sup> explica os dois termos e como eles aparecem na história do Brasil. Ele problematiza a história da terra no Brasil e a propriedade privada, passando pelas Capitâneas Hereditárias e como até hoje são os mais ricos que detém o monopólio das terras ou porque herdaram ou por processos de grilagem, feitas pela família ou por ele próprio. Sendo assim:

“se olharmos a história, veremos que os invasores foram os grandes proprietários. E que não satisfeitos com o saque às terras públicas, continuam hoje fazendo acordos com os governos para usar mais recursos públicos em seu favor.

---

<sup>7</sup><https://www.youtube.com/watch?v=tjLdS5nWs6Y> (retirado dia 24 de junho de 2017)

<sup>8</sup>Porque Ocupamos? Uma introdução a luta do sem-teto. 3ª edição revisada e ampliada. Capítulo Ocupações Urbanas pg. 75 à 84.

Quando os sem-teto ou os sem-terra ocupam uma grande área vazia, não estão fazendo mais do que tomar de volta o que é seu”.

E, por outro lado, do mesmo capítulo ele demonstra que tem áreas na cidade de São Paulo que foram historicamente invadidas pela burguesia e transformadas em shopping, clubes de elite e militares.

Na ocupação, as famílias que ocupam o terreno se organizam em grupo. Cada grupo tem cerca de 500 barracos. E através dos grupos é que as famílias se organizam. Além disso, cada grupo tem sua cozinha que é coletiva. E as assembleias ocorrem quase todos os dias. Seja geral ou nos grupos. Muitos atos foram feitos pela Copa do Povo até que as famílias conseguissem garantias de compra no terreno e negociação para a construção de moradia popular. Neste momento o terreno já foi comprado e tudo indica que haverá recurso para a construção de moradia.

No entanto, neste trabalho consegui expor um mosaico de experiências públicas que tive no decorrer do curso de ciências sociais e também na ocupação Copa do Povo, onde entrei em contato com uma determinada forma de ação política do MTST e foi



isso que tentei expor neste trabalho.

A publicidade da Rede Globo, por exemplo, “somos um só”<sup>9</sup>, demonstra que em todo o canto do Brasil existe um craque de futebol e neste momento chegou a hora do país demonstrar sua superação, como diz a música, assim como a construção do vídeo demonstra que todos estavam acompanhando os jogos da Copa do Mundo. Torcendo para uma vitória do Brasil nos jogos de futebol da Copa, seja em casa, na rua, no trabalho ou na praia.

Até mesmo o comercial do Banco Itaú<sup>10</sup> dizia o seguinte: “mostra tua força Brasil, e amarra o amor na chuteira que a garra da torcida inteira, vai junto com você Brasil. E faz da nação sua bandeira”. No mesmo comercial é feita uma menção a alma verde-amarela da pátria amada Brasil. Uma revista também de grande circulação, a veja:

A ideia central que circulava na grande mídia era a grandeza de um país que tem cinco títulos mundiais. E que existe um consenso nacional em torno da copa do mundo e da vitória dos jogos desta Copa. Inclusive que o país estava em festa, e que se tratava de uma comemoração de todas as pessoas.

No entanto, o que vi acontecer no ano de 2013 para 2014 foram várias reintegrações de posse altamente violenta. No primeiro jogo da Copa do Mundo, era impossível circular por Itaquera as ruas estavam repletas de gente branca de verde-amarelo e nas intermediações entre os locais centrais e periféricos, como as grandes vias, tinham soldados do exército com armas de fogo. Em um comercial feito pelo próprio exército<sup>11</sup>, eles apresentam que estarão nas ruas durante a copa do mundo. Segundo eles, atuaram em doze cidades sedes da Copa do Mundo, segundo Teles, 2014 a forma como atuou e os grandes gastos públicos que o Brasil teve com segurança pública demonstra que foi ativada a segurança nacional elaborada na ditadura militar.

“Trata-se da mais violenta novidade da vida social brasileira: milhares de pessoas se deslocando para o entorno de um estádio de futebol, com algumas sendo espancadas, enquanto

---

<sup>9</sup><http://globoTV.globo.com/rede-globo/rede-globo/v/somos-um-so-a-musica-da-globo-para-a-copa-do-mundo-2014-assista-ao-clipe/3299488/> (retirado dia 25 de junho de 2017)

<sup>10</sup><https://www.youtube.com/watch?v=i9DYO645eTk> (retirado dia 25 de junho de 2017)

<sup>11</sup><https://www.youtube.com/watch?v=AHl8tc606I4> (retirado dia 25 de junho de 2017)

outras, mostrando o ingresso na mão, passam correndo para um canto mais ‘pacificado’ da cidade. Surreal”.<sup>12</sup>

Por outro lado, na Copa do Povo no mesmo dia de abertura da Copa do Mundo também houve uma abertura de campeonato. Os times eram das categorias de luta: os garis, os professores, as cozinheiras, as profissionais do sexo, as cabeleireiras. Foi um dia inteiro de muito jogo de futebol a ocupação estava bastante movimentada, houve muita visita na ocupação neste dia. Mas o campeonato da Copa do Povo durou por semanas. Uma das questões que as pessoas que participavam levantava é que havia uma exclusão destas em relação a Copa do Mundo, inclusive, porque seria impossível para algumas pagar um ingresso para entrar em um estádio. Estádio, inclusive que acampados trabalhavam na construção.

Lembro, que foi um debate intenso entre os ocupantes de assistir ou não a Copa. Tinham algumas televisões nos espaços coletivos da ocupação. Lembro que na opinião de alguns deveria ser proibido assistir ao jogo da Copa do Mundo, outros achavam que se as pessoas quisessem assistir poderiam, mas não contaria como atividade coletiva do movimento. No fim, o campeonato da Copa do Povo foi organizado e coletivamente todas as pessoas que estavam presentes participaram. É importante ressaltar que este campeonato foi construído de forma coletiva de acordo com o interesse dos participantes da ocupação pelo futebol e o incomodo de ser excluído desta construção nacional em torno da alegria do brasileiro médio em comemorar o verde-amarelo de dentro de suas casas e bares e acessando o consumo do shoppings centers e podendo se locomover pela cidade. O MC Alan fez uma música para a Copa do Povo:

“Criar, criar, poder popular...

Periferias favelas têm becos e vielas lutamos por ela,  
bem-vindo a Itaquera. Se iludi pra que sei que aquilo é um  
absurdo, povo em baixo dos montes e milhões de Copas do  
Mundo, mas somos brasileiros e não desistimos nunca é a Copa  
do Povo pode vir vamos pra luta: família incomodada com o

---

<sup>12</sup>Os protestos e a doutrina de segurança nacional.

<http://www.viomundo.com.br/denuncias/edson-teles-os-protestos-e-a-doutrina-da-seguranca-nacional.html> (retirado dia 25 de junho de 2017)

aumento do aluguel, morando de favor sei que isso é cruel. E o pai de família sem saber o que fazer: Se paga o aluguel ou se dá o de comer. MTST, a luta é pra valer! Queremos moradia pro nosso povo viver. Não temos nada contra com a Copa do Mundo mas viver no Brasil sem moradia é um absurdo.”<sup>13</sup>

O funk é considerado uma música popular brasileira com batidas básicas e eletrônicas. São batidas produzidas pela indústria cultural, mas em cima das batidas os jovens têm se apropriado para fazer produções independentes e formular rinhas, escritas da realidade social. Neste sentido, acho limitada a análise filosófica de Adorno e Horkheimer em relação a produção cultural, de fato existe um consumo, mas também existe resistência. Tanto que nesta mesma conjuntura aconteciam os rolezinhos, encontro de jovens nas ruas da periferia para escutarem e produzir funk. Ou seja, apesar da apropriação cultural para a grande indústria também existe uma outra rota de produção e excluir isso é olhar apenas para uma perspectiva de produção:

[...] Falta de moradia, esse nosso maior direito  
jogados nos morros então,  
empreiteiras apostam bilhões  
no jogo da especulação;  
só somos lembrados  
em dias de pleito. [...] <sup>14</sup>

Neste período, o Brasil vivia um intenso período de reintegrações de posse assim como um aumento da violência contra as populações mais pobres. O capitalismo e as grandes metrópoles já produzem por si só sem tetos e miseráveis, um megaevento como a Copa do Mundo só intensifica as relações de poder e desigualdades já existentes e acirradas. O relatório “Copa 2014, Olimpíadas 2016 e megaprojetos - remoções em curso no Brasil”, produzido por Raquel Rolnik, na relatora da ONU de Direito à Moradia, aponta em dados sobre as reintegrações.

Nesta imagem<sup>15</sup>, é possível ver a Ocupação Copa do Povo do alto. Na primeira noite, se monta o barraco de índio, ele se desmancha fácil, por conta do vento. É feito

<sup>13</sup>Música do MC Alan, produção independente. <https://www.diarioliberalidade.org/brasil/310-reportagens/49335-a-copa-revolucion%C3%A1ria-da-mulher.html>

<sup>14</sup>Trecho do poema Porque Ocupamos? - Lene Souza, poeta-MTST – Introdução o livro Porque ocupamos? - Uma introdução à luta dos sem teto – Guilherme Boulos.



apenas com três bambus e lona, depois tem que estruturando, caso contrário, ele não fica em pé. Ele ficava próximo no barracão da coordenação, em frente a área livre onde ocorriam as assembleias. Depois de alguns dias como ele já tinha mais estrutura, fiz uma pichação: “despertar a fúria revolucionária da mulher”. Tinha dois banheiros coletivos, que era bem difícil manter limpo. Lavávamos as roupas por ali mesmo, tinha somente uma saída de água no banheiro e na cozinha central. Depois, quando a ocupação toda foi se estruturando, e em cerca de 500 barracos se formava um grupo. Nesta imagem citada a ocupação já estava estruturada, tinha no caso 8 grupos, cada um com sua cozinha coletiva. A água não chegava em todas as cozinhas, por isso algumas cozinhas mais distantes precisavam buscar água na parte da frente da ocupação. Esta ocupação ficava há 3 quilômetros de onde o estádio que sediaria o primeiro jogo da copa do mundo. O contexto era muito complicado. Meses antes de acontecer a copa do povo, houve um despejo violento ali bem próxima, no Caraguá leste, na Cohab II. Ao mesmo tempo, quando havia manifestações, a polícia, por vezes, não permitia ao menos que se saísse do ponto de concentração. Eles tinham organizado uma tática, chamada panela de Hamburgo<sup>16</sup>, que formava um cordão policial em torno dos manifestantes e atacava as pessoas.

A questão é que depois de morar na ocupação e passar por toda essa violência da polícia, e a ausência do acesso aos direitos básica, não era possível mais fazer atos contra a Copa do mundo, eles aconteciam, mas a violência era tremenda. Eu tinha medo de me machucar gravemente, como aconteceu com algumas pessoas. Assim como ir detida novamente, como aconteceu na Rua Augusta em um dos atos, onde fomos encurralados na frente de um hotel<sup>17</sup>, muitas pessoas se machucaram gravemente e fomos todos levados para a delegacia em micro-ônibus. Só sobre esse dia, eu poderia fazer um trabalho inteiro de análise, porque passamos longas horas de tortura psicológica dentro do hotel, depois tivemos que ficar sentados quase toda a noite no chão da delegacia. Um, por um, foi ouvido, as questões eram: Fazíamos parte de alguma organização? Quais eram elas? Caso não, porque estávamos ali? Se tínhamos família? Lições morais a cerca de estar em uma manifestação e etc. Naquele momento eu era uma black bloc, não porque me utilizava da tática, ou seja, adepta a quebrar objetos

---

<sup>15</sup>Fotografia Copa do povo <http://f.i.uol.com.br/fotografia/2014/05/15/392817-970x600-1.jpeg>

<sup>16</sup><http://justificando.cartacapital.com.br/2016/01/13/tatica-policial-utilizada-em-repressao-de-protesto-e-condenada-pelo-proprio-manual-da-pm/>

<sup>17</sup><http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1403066-protesto-contr-a-copa-termina-com-108-detidos-em-sp.shtml>

após a violência da polícia, mas porque eles queriam que todos fossem, para que pudessem nos criminalizar, dizer o quão ilegítima era a nossa pauta de ser contra a copa do mundo.

Dias depois, estava novamente em direção ao centro de São Paulo, e para isso só havia dois motivos que me faziam ter esse percurso: um era o trabalho o outro era ir para uma manifestação. Estava desempregada, logo, estava indo para uma manifestação. Eu passava por uma grande rodovia, e vi entre a Ayrton Senna e a Jacu Pessêgo, homens do exército com fuzis. Neste momento, pensei que a repressão policial seria bem maior do que eu poderia imaginar. Em Carolina Maria de Jesus, no quarto do despejo, vemos como as mazelas do capitalismo, nas favelas e periferias há coisas em comum, o medo como um afeto que circula entre os pobres, com a força presença da polícia e da violência do Estado, seja por sua ausência ou por sua ação imediata em relação ao seu braço armado. A autora que escreve na década de 60, demonstra a presença da fome, do alcoolismo entre os homens e da violência sobre o corpo das mulheres como o que dispara seus medos. No meu caso, a fome ainda não me abatia. Mas a falta de morar, estudar ou de não mais enxergar possibilidades para a classe trabalhadora como muito se vendeu nos últimos anos me geravam medo, mais ainda quando a presença da polícia militar – os robocop, exército – estavam cada vez mais presentes<sup>18</sup>. A democracia de forma escancarada incitava sua forte ligação com o autoritarismo.

E, diferente do que se formulava há alguns anos, não será mais possível estar no espaço público, nas ruas, na universidade, na escola, nas casas de cultura e da juventude sem que a polícia seja em algum momento nosso interlocutor. E isso, pura e simplesmente, porque esses espaços por algum motivo passaram a não ser mais, para alguém sem teto, ou favelado. Na ora que a crise aberta, quem somos se apresenta: “estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo”, diz Carolina para apontar o seu lugar de uma favelada, na cidade, ou seja, aquela que perde a sua humanidade tornando-se assim objeto, mero adereço que no geral incomoda. Pra ele, quem já passou fome sabia identificar que nós voltamos a nossa primitividade e nossas mazelas mostram isso.

---

<sup>18</sup><http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/pela-1-vez-policia-miliar-usa-traje-robocop-em-protesto.html>

[...] Violência policial  
(é melhor nem tocar nesse assunto  
Porque daqui a pouco vão excluir esse vídeo  
Se eu falar muito vão me excluir junto)  
Agora olha nosso busão que é 7 da manhã  
E não cabe mais ninguém, logo mais aumenta condução  
E vocês vão achar que está tudo bem  
Tão querendo acabar com os índios  
Que é a origem do nosso país  
O dinheiro está mandando em tudo  
E deixando mudo quem quer ser feliz [...] <sup>19</sup>Mc Garden

### Na ocupação Carlos Marighella



A ocupação Carlos Marighella, ao mesmo tempo que luta por uma moradia digna, se depara com o autoritarismo da polícia militar e seus abusos de poder. E também com uma elite que, em prol de segregar não somente a riqueza do país, a cidade, as ruas...Criam muros todos os dias. E desta vez o muro não foi só simbólico.

---

<sup>19</sup>Trecho da música: “Isso é o Brasil” do Mc Garden. Produzida em 2014.

No dia 29/09, três dias após a ocupação, um grupo autodenominado “Associação de Moradores da Granja Viana” junto com a guarda municipal de Carapicuíba e da polícia militar iniciaram, a construção de um muro em uma das ruas que dá acesso à ocupação Carlos Marighella. Com o argumento, é que a rua foi feita por eles e que por isso poderiam fechá-la quando bem entenderem.

Mas esqueceram de que além de impedir o acesso das famílias da ocupação Carlos Marighella, o muro também impedia a passagem de moradores da comunidade que moram ali próximo. O resultado da indignação dos moradores da comunidade está clara nas fotos que mostram o muro derrubado.<sup>20</sup>



Houve até a criação de um muro, que os moradores da ocupação chamavam de muro da vergonha. Os muros e a segregação da cidade tanto nos envergonha, quanto demonstra o preconceito que os ricos têm dos pobres. Principalmente dos pobres que lutam por uma vida digna.

Além desta ação ilegal da Granja Vianna, acompanhamos em várias ações da polícia militar para criminalizar a ocupação e os acampados, nos primeiros dias da

---

<sup>20</sup>(<https://www.facebook.com/mtstbrasil/posts/800661416638858> (retirado dia 04 de setembro de 2017))

ocupação estes cercavam o entorno e impedia as pessoas de passarem principalmente se estes estavam com algum material que denotava fazer parte da ocupação, como bambu, lona, martelo, assim como apreendiam os mesmos materiais. Muitas vezes, levaram de forma ilegais carros e motos, dizendo que estavam estacionados em lugar irregular. No entanto, a rua ouro preto não tem placas, e se os automóveis estão estacionados desde que não obstrua o fluxo da rua não há nada de irregular, como bem não explicou um representante da C.E.T que também foi até o local.

Além disso, ocorriam abordagens a todo tempo com todos que circulavam pelo local, construindo que ali certamente tinham suspeitos. Em uma madrugada entraram na ocupação, sem identificações foi o Tenente Christiano inclusive, que o reconheci no momento, sem ordem judicial, dizendo que havia tido um disparo de tiro. Entraram causando transtorno para todos que já estavam dormindo, assustando as crianças e as mulheres. E fortemente armados. Nós pedíamos a eles que também entrasse desta mesma forma em uma das casas da granja Vianna, que em um dia que as crianças brincavam em um terreno da frente da ocupação, jogavam bola, e foram disparados desta casa, número 42, oito disparos de tiros. Obviamente que eles não fizeram o mesmo! Nesta mesma madrugada eles pegaram o primeiro homem, jovem, negro e disseram que ele era suspeito. E levaram para fora da ocupação, até puxar seu RG. Viram que estava limpo e por causa da nossa mobilização tiveram que liberá-lo.

Nós sabemos que são cenas como estas, que acontecem todos os dias na periferia, onde os nossos filhos, primos, tios e irmãos....Somem, quando por algum motivo passam pelas mãos da polícia. O que seria isso se não preconceito e genocídio?

Do outro lado, os granjeiros, não satisfeitos com os muros e a violência por parte da polícia, contrataram seguranças privados. E estes também cometeram vários abusos e violações dos direitos, como abordar, revistar, bater e deter objetos dos acampados.

Além desse cotidiano de terror, construído pela polícia, granja, e segurança privada, a promotora Camila, em vez de julgar como afirma a lei, em vez de exercer seu cargo em função da lei, tornou-se advogada particular dos granjeiros. Abrindo um processo civil, tendo uma das militantes do movimento como testemunha, mas que pelo tom parecia mais um réu. Logo depois, surgiu quatro processos criminais contra a mesma militante, um deles, desobediência civil por chegar atrasada no dia do

depoimento, esbulho possessório e ameaça porque os granjeiros se sentem ameaçados pelas ferramentas que usamos para construir nossos barracos como inchadas, martelo, facão. Constrangimento ilegal, dano e ameaça por conta do muro.

Fizemos um pedido para a Sabesp ligar a água para a ocupação. Cometendo uma violência institucional a Sabesp se negou a ligar, com a argumentação, de que se ligasse a água estaria ajudando a legitimar a ocupação. Mas no processo civil, deixaram muito nítidos que sem ordem judicial não desligariam a água. Um dia depois, de o desembargador negar o pedido que o ministério público de Carapicuíba pedirá reintegração de posse. A Sabesp chega ao acampamento acompanhado da Polícia Militar leva cinco companheiros detidos e deixa mais de 4 mil famílias sem água, a pedido da promotora.

Policiais civis também nós visitaram para dizer o seguinte: “que tem negócios, e falar de quais são as suas terras. Logo para não ocuparmos, para não ter problemas com eles. E também para lembrar que o Carlos Marighella era muito bom, mais morreu”.



## 2º Capítulo – Ocupa Brasília: Os medos no Brasil e os bloqueios da política



21

Nossas vidas cotidianamente são afetadas e desenhadas por muitos fatores, pelo modo que vivemos, pela organização política e social do nosso bairro, casa, pela nossa construção subjetiva. Há uma dimensão de análise molar, estrutural, que para (Deleuze e Guatarri. Mil platôs 3. P. 90) refere-se a campo da máquina abstrata, das representações, dura e ficar somente nesta análise onde a organização social e política da sociedade nos implica enquanto sujeitos; no entanto, somos também atravessados por ela, a atravessamos e construímos coletivamente, neste sentido, é importante compreender os fluxos por onde passam e repassam as representações da estrutura dura para o campo rizomática, molecular, ou seja, no que esta no entre. Por exemplo, em uma cidade como São Paulo, é possível identificar muitos modos de vida, não podemos homogeneizá-los, já que faz diferença viver em um condomínio fechado, casa, prédios, sítios, ocupações, aldeias, quilombos, favelas, cortiços ou na rua.

Neste sentido, uma questão é apontar para a construção molar de uma cidade, que é uma abstração administrativo-política de como se governa populações inteiras em um todo território geográfico demarcado, após a consolidação de um Estado-Nação. Tais abordagens são produzidas pela ciência política clássica. Neste trabalho estou

---

<sup>21</sup> Fotografia divulgada na página da Mídia Ninja (link: <http://midianinja.org/>).

interessada em apontar para a dimensão molecular, micropolítica, das cidades, dos bairros, da cidade-capital Brasília, dos tetos ou das terras. Assim como as produções subjetivas de gênero (masculino/feminino), orientação sexual, sem teto, periférico, negra ou negra, indígena, quilombola, de terreiro, sem terra etc. Isso não significa que as sociedades com Estado não são segmentarizadas porque conseguem centralizar uma determinada organização sócio-política, muito do contrário, porque não há oposição entre o segmentário e o centralizado, ou que são menos primitivas. Como descrevem Deleuze e Guattari sobre a segmentaridade e a micropolítica:

[...] O sistema político moderno é um todo global, unificado e unificante, mas porque implica um conjunto de subsistemas justapostos, imbricados, ordenados, de modo que a análise das decisões revela toda espécie de compartimentações e de processos parciais que não se prolongam uns nos outros sem defasagens ou deslocamentos. [...] (Deleuze e Guattari, *Mil Platôs* 3, 1996. pg. 78)

Estes autores resgatam como exemplo uma organização sócio-política indígena para explicar que centralizar a organização em uma árvore é diferente do que centralizar numa organização abstrata de administração. Mas não se extingue por isso uma segmentaridade circular das sociedades com Estado central, pois:

[...] Existem já nas sociedades primitivas tantos centros de poder quanto nas sociedades com Estado; ou, se preferimos, existem ainda nas sociedades com Estado tantos centros de poder quanto nas primitivas. Mas as sociedades com Estado se comportam como aparelhos de ressonância, elas organizam a ressonância, enquanto que as primitivas as inibem. [...] (Deleuze e Guattari, *mil platôs* 3, 1996, pg. 80)

Eles fazem uma reflexão sobre a cidade moderna ser cada vez mais dura, pela ressonância concêntrica de um determinado tipo de organização com “códigos desgastados por uma sobrecodificação unívoca, e as territorialidades perdidas por um reterritorialização específica” (idem, Pg. 82). Não utilizarei aqui as distinções e distanciamentos das sociedades ditas modernas e as primitivas, muito do contrário,



utilizo deste arcabouço conceitual para me desviar das análises universalistas e significantes em relação a produção da cidade, e para atingir o lugar de que tudo é político, assim como toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica seguindo assim os autores.

Neste sentido, uma ocupação sem teto está diretamente relacionada com as formulações existentes da máquina-abstrata do Estado e suas formulações de governabilidade. O difícil é apontar o processo pelo qual ambas políticas são formuladas, seus sujeitos e ações vão interagindo e se multiplicando em ações de homens-máquinas e nas maquinarias sociais, nas redes de computadores, nas telas da televisão, nos jornais, na formulações discursivas, nos currículos, nos afetos, na arte, na arquitetura, na organização da ruas, vielas e becos, e, inclusive, nas pessoas e em suas cidades psíquicas.

Por exemplo, no começo de minha graduação, eu supostamente vivia em uma democracia, para o filósofo Edson Teles “uma democracia somente se realiza se os direitos à vida, às informações sobre ela, forem respeitados”<sup>22</sup> [precisa padronizar no texto todo o modo de citar – aqui vc fez diferente do D&G]. Acontece que as periferias das cidades, as favelas e as ocupações urbanas, rurais, quilombos e aldeias indígenas demonstram que a precariedade em que as vidas se encontram impedem de dizer que o regime é democrático, visto que a prática do Estado foi historicamente de extermínio, genocídio, homicídios, mortes e ocultamento de verdades, o que para o filósofo causou um abismo no conhecimento histórico. Saberes locais e específicos, assim como dos testemunhos de viventes, são desautorizados pelos conhecimentos científicos e dos representantes do Estado, como ele apresentou de forma detalhada em seus livros e críticas em relação à produção do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (Teles e Safatle, 2010; Teles 2015; Teles 2018).

Com isso, sigo com o pressuposto de que há um projeto autoritário de democracia historicamente em curso que perpassa toda a construção e consolidação do Estado brasileiro. Inclusive com a organização desta autoritária máquina-abstrata a mobilização do afeto “medo” é o que promoveu as ações de conciliação da transição da ditadura militar para a democracia de conciliação, assim como o que assegura hoje esta máquina-abstrata autoritária. Teles (2018) mobiliza a ideia de *democracia de segurança*

---

<sup>22</sup> O abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de comissão da verdade. Edson Teles. – 1. Ed. – São Paulo: Alameda. 2018. P. 17

para apontar a zona cinzenta que vivemos neste projeto político contemporâneo onde se expressa:

[...] uma ordem na qual pobre, jovens, moradores de periferia, mulheres, negros, manifestantes, constituem subjetividades determinadas para serem contidas e controladas. Autoriza-se para estes segmentos o uso da violência abusiva e discriminatória do Estado [...] (Teles, 2018. P. 53)

Na ocupação Carlos Marighella, no primeiro mês as pessoas estavam ali na terra porque precisavam aparecer enquanto sujeitos políticos para reivindicarem o seu direito à vida digna, que passa pelo acesso ao direito à moradia e outros. Presenciei muitas batidas policiais altamente abusivas, com chutes, socos, porretes, assim como certo dia um grupo de policiais passou na frente da ocupação quebrando retrovisores, furando pneus, e fazendo o maior terror para aqueles e aquelas que passavam na rua em direção da ocupação, seja por meio do roubo de materiais como lona e madeira, seja pela proibição das pessoas transitarem.

A ocupação foi batizada com o nome de um dos mortos pela ditadura militar, Carlos Marighella, inclusive pela intenção do movimento sem teto conectado às mobilizações e manifestações em defesa de uma memória e justiça no país. Em um dos dias em que eu estava dentro da ocupação, no barracão central, entraram três policiais não fardados e me mostraram suas armas, dizendo o seguinte: “sabe aquele terreno ali em cima do outro lado da via, atrás aqui da ocupação e mais outra assim, e outro. Então, aqueles terrenos são nossos, se vocês entrarem lá terão problemas graves com a gente. E por falar nisso, você sabe quem foi Carlos Marighella? Sabe o que aconteceu com ele?”. Eram três homens armados, e eu uma mulher que estava dentro de uma ocupação numa barraca feita em parte lona, parte Madeirit. Eu respondi: “Sei sim! E é exatamente por ele ser e representar o que é que foi nomeado por esta ocupação. E não tenho medo de fazer tudo o que ele fez para tirar nosso país de uma ditadura militar”<sup>23</sup>. Refletindo, eu não sei se foi inconsequência minha (com a atual ordem das coisas, parece que foi), mas na época não sentia algum medo, menos ainda porque sabia que nacionalmente se estava discutindo os crimes da ditadura militar, assim como se efetivando uma produção

---

<sup>23</sup> Diário de campo da ocupação Carlos Marighella, 2015, Agnes Karoline.

de memória para que coisas como estas jamais acontecessem novamente. A questão é que mal sabia que eu estava em grande risco por isso, pois:

[...] O problema é que os acontecimentos se misturam e passado e presente se encontram nas ações da polícia nas periferias e nas manifestações de resistência, na posse da terra por parte de grandes empreendimentos capitalistas e predatórios, na crescente diminuição da liberdade de expressão e no bloqueio das políticas de criação de novas formas de agir. E, com isso, se amplificam os conflitos, especialmente com o aumento da violência [...] (Teles, 2018. P. 58)

Se a ficção política da democracia deixava alguma dúvida pra alguém, após o exército nas ruas em 2014 e a utilização da lei de segurança nacional de 67 na copa do mundo contra manifestantes. A conciliação e não criminalização dos militares que torturam e mataram o Brasil na ditadura, assim como a ocultação da verdade sobre os desaparecidos políticos e a crescente violência policial indicavam que o racismo, o machismo e o autoritarismo percorriam de forma molecular o Estado militarizado. Este demonstrou seu rosto em ressonância concêntrica a eventos como citei na experiência de campo, com o golpe de 2016 e a face política de Michel Temer. Neste sentido, convergiram os agenciamentos da máquina-abstrata, pois:

[...] A administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente, a tal ponto que a fórmula dos ministérios do interior poderia ser: uma macropolítica da sociedade para e por uma micropolítica da insegurança. [...] (Deleuze e Guattari, mil platôs 3, 1996. pg. 86)



24

Nessa mesma direção aponta meu registro de campo do Ocupa Brasília. Foi um dia de manifestação convocada por muitos movimentos sociais, sindicatos, estudantes, partidos e organizações da sociedade civil. Neste momento estava latente a discussão sobre o golpe parlamentar, midiático, jurídico e machista que o país havia sofrido, assim como as mudanças de governo produzidas após a retirada da Presidente e do programa de governo eleito. Este evento contava com cerca de 100 mil pessoas, de acordo com dados oficiais. Mas como estive presente no ato havia muito mais do que 100 mil, podemos estimar mais de 200 mil pessoas.

Fui para Brasília junto com a ocupação Hugo Chaves. Nesta época eu morava no bairro dos Pimentas e a ocupação ficava há 10 minutos da minha casa alugada. Eu estava em tratamento de síndrome do pânico, depressão e ansiedade. O ônibus foi organizado pelo MTST. Já a caminho, tive uma crise de ansiedade do ônibus, sentindo que eu iria morrer. Eu refletia sobre esses acontecimentos citados acima, e mesmo entendendo que o medo e a insegurança se davam como uma produção de afeto, uma mercadoria, para controle populacional, ele espreitava ao meu corpo trêmulo e com o coração acelerado. Íamos de encontro a uma bancada de latifundiários, empreiteiras, militares e o rosto do Estado autoritário de Temer, que na época estava discutindo uma reforma trabalhista que traria retrocesso a toda classe trabalhadora.

---

<sup>24</sup> Fotografia mídia ninja.

De manhã na estrada, muito cigarro, farofa e café. Um estudante de física ao meu lado me pergunta se é possível organizar uma lei exata para calcular daqui quanto tempo a sociedade será menos desigual e faz uma estimativa com cálculos matemáticos. Minha resposta à ela foi que as ciências humanas que gosto são aquelas que entendem a história como um movimento de lutas, seja no modo molar de classe, ou molecular, não sendo aplicáveis formulações quantitativas. A ação dos humanos é imprevisível assim como os movimentos de luta das classes.

Ainda a caminho, pelo meu celular logo pela manhã recebi notícias do prédio que fora demolido na “cracolândia”<sup>25</sup> com pessoas dentro. É importante compreender aqui que a produção de informações e acontecimentos que circulam com extrema rapidez fazem parte das dinâmicas características da sociedade em nosso tempo. O Jornalista cita o medo e a insegurança, sendo estes afetos que os moradores de classe média têm em relação a sua segurança por conta da iluminação, mas não problematiza nem por um momento o fato de sujeitos terem sido feridos pelo desastre, fazendo da ação pública governamental um ataque à vida humana. Mais tarde, jornalistas citam o medo dos comerciantes e o problema de ter que ficarem com o comércio fechado ao longo do dia<sup>26</sup>.

Em Brasília recebi também pelas redes sociais o decreto que “Autoriza o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem no Distrito Federal”<sup>27</sup>, a divulgação das grandes empresas de comunicação como Veja, Estadão, Rede Globo e Folha de São usavam em suas chamadas que Michel Temer decreta uso militar para conter a manifestação.

A multidão de pessoas em Brasília pedia “Fora Temer”, “Eleições Já” e “Não à reforma trabalhista”. Havia um clima de terror. Obviamente que as pessoas que estavam

---

<sup>25</sup> Telejornal da Rede Globo – Dia 24 de Maio – Bom dia São Paulo. Fonte: <http://g1.globo.com/sao-paulo/bom-dia-sp/videos/t/integras/v/bom-dia-sao-paulo-edicao-de-quarta-feira-24052017/5890764/> (retirado dia 23 de agosto) O caso da demolição em um prédio da Cracolândia com pessoas dentro. O medo e a insegurança esta narrada no jornal por conta da falta de iluminação pública.

<sup>26</sup> Jornal SP2 Link: <http://g1.globo.com/sao-paulo/sptv-2edicao/videos/t/integras/v/sp2-edicao-de-quarta-feira-24052017/5892559/> (retirado dia 24 de agosto) Começa falando sobre a Cracolândia e a internação compulsória. Logo depois do aumento do crime e da insegurança dos moradores cidadãos cambuci e aclimação, por conta de furtos.

<sup>27</sup> <https://abrilveja.files.wordpress.com/2017/05/decreto-michel-temer.pdf> (retirado dia 24 de agosto de 2017)

presentes não se afetavam diretamente por essa produção de mercadoria de controle populacional do medo diretamente, porque em seus bairros, cidades e vida cotidiana já enfrentam de alguma forma a guerra não declarada da cidade e política militarizada contra as populações mais pobres, principalmente a população negra e as mulheres<sup>28</sup>



29

Mas pelos meios materiais a violência da polícia, como era de se esperar, visto seu aspecto de militarização que vem desde a ditadura, foi extremamente truculenta com aquele corpo gigante de pessoas. Por mais de uma hora e meia se ouvia bombas, tiros e gritaria. Corri em direção à Praça dos Três Poderes, e um cheiro muito forte de gás dificultava a respiração. O desespero tomou conta das pessoas, alguns mais velhos se distanciavam e um número grande de pessoas continuava a seguir para a Praça dos Três Poderes, que havia sido fechada com um cordão militar. Mas a maioria das pessoas permanecia. Por cerca de duas horas ouvia-se bombas e tiros, além do helicóptero que circulava sobre as pessoas. Em um determinado momento começamos a ouvir tiros mais secos, que eram de armas letais. Havia pessoas sagrando e já não se podia mais avançar.

Também havia pessoas que destruíam e colocavam fogo nos ministérios. Os ministérios da agricultura e do meio ambiente foram os primeiros a serem alvejados. As ruas entre o jardim da esplanada e dos ministérios tinham pequenas fogueiras. O que me parecia era que os corpos ali eram todos nus e matáveis, e tudo o que não

<sup>28</sup> Teles, Edson. As estratégias fundamentais da violência e o genocídio do negro, do pobre e da mulher.

<sup>29</sup> Fotografia Eduardo Naddar, agência o Dia. Demonstra a violência da polícia contra a população da periferia e favela, para com juventude negra e como as mulheres e sua maternidade também é afetada por isso



poderíamos reivindicar era o direito aos debates que estavam sendo feitos no congresso. A integridade física das pessoas presentes não estava assegurada. Menos ainda nossa condição de poder popular.

Entre os feridos, duas pessoas foram baleadas. Um militante do MTST ficou gravemente ferido, um professor levou um tiro no nariz, uma estudante uma bomba na cabeça. Alguns foram levados para o hospital com asfixia por conta do gás lacrimogênio. Mas as pessoas continuavam ocupando o espaço da esplanada, mesmo diante da impossibilidade de qualquer ação. Essa cena demonstra que o direito de decidir por um projeto de país e de sociedade vem sendo tomado pela força, mas que há resistência. O poder popular o que deveria estruturar uma democracia era ameaçado e cerceado pelo bloqueio da política que se utilizava da máquina do Estado, e de seus procedimentos de lei e força militar para assegurar que a ação política não se efetivasse.



30

Um pouco depois das cenas de guerra física, começo acompanhar a guerra digital. As grandes empresas de comunicação circulam pelas redes digitais o pedido de intervenção militar de Temer e Rodrigo Maia. Em seus respectivos pronunciamentos, nomeiam os manifestantes ali presentes de vândalos e em nenhum momento discutem o debate político que aquela manifestação colocava. Mesmo com alguns parlamentares sendo contra a agenda de pauta no congresso e essa grande manifestação, a pauta da

---

<sup>30</sup> Fotografia o globo. Policiais do distrito federal usando armas de fogo contra manifestantes do ocupa Brasília.

reforma trabalhista e da previdência são encaminhadas. O desespero, medo e desolação são coletivos. A ação política interrompida. Viver essa experiência bloqueia qualquer potência de vida, seja ela racional ou afetiva. A cidade capital e a casa do povo onde se deveria discutir e legislar pelos interesses da grande maioria do país é cercada por monopólios que cotidianamente produzem relações de desigualdade e de violência. As grandes mídias e as alternativas registram os ocorridos.

A volta para São Paulo me demonstra a quantidade enorme de espectadores do cenário público. Dez assassinatos de camponeses que lutavam por terra no Pará. E o autoritarismo do administrador da cidade de São Paulo em nome da limpeza da cidade demoliu um prédio com pessoas dentro. Há sem dúvida uma ascensão do modo de vida autoritarismo articulado com uma estrutura legitimada pelas instituições. E todas essas ações sendo televisionadas, transformando a soberania do povo em receptores de informação. Ao certo, não sei um termo histórico para esse momento de emergência e de crise, sei que esse momento sempre existiu. A diferença é que agora todos assistiram seus episódios via celulares, tablets, televisores e computadores.

Pensando a comunicação do ponto de vista de um procedimento de desejo e da micropolítica, os dispositivos celulares, tablets, computadores e televisores nos trazem constantemente informações das mais variadas e frequentemente estamos sintonizados, assim como podemos saber minuto a minuto, com um clique, o que está acontecendo em um determinada localidade. Mas esse acesso no plano virtual também nos estabelece uma relação com o mundo que não se faz por experiências, assim como passamos a ter dificuldade de atualizá-lo. Se é real nas redes sociais que pode se pedir morte e criminalização a movimentos sociais como MST, MTST, e criminalizar manifestantes vândalos, e assim como há uma lei antiterrorismo no Brasil, é também real que a conexão que se faz quando vemos a informação mais uma vez de manifestantes machucados ou presos, ou o uso da força militar para conter questões de ordem política. A veiculação dessas imagens tanto se torna normal como institui um desejo de que aqueles ou aquelas que se manifestam, desde os assuntos mais “pequenos” do cotidiano como quem vai lavar a louça até as grandes manifestações, são ações a serem contidas.

Assim como essa maquinaria produz esse desejo de calar e conter o outro, há uma conexão com uma produção de pensamento autoritário de vidas que valem a pena e outras vidas que nem tanto, ou vidas que merecem dignidade e outras nem tanto. Um



falatório incessante das grandes empresas de comunicação que representam os modos de vida e valores morais de grupo bem circunscritos da elite, ao mesmo tempo silenciamento e invisibilidade dos sujeitos que não detêm veículos e condições materiais de produzir e circular informação.

Em um país altamente diverso como o Brasil, com composição étnico-racial majoritariamente indígena e negra, grande parte da população brasileira assiste diariamente os interlocutores da grande mídia que são homens, brancos, cis e heterossexuais. Isso faz parecer num plano micropolítico que o sujeito universal de que tem lugar de fala partir deste que tem uma forma muito específica de produção de pensamento e de afeto. Neste sentido, o “normal” é ser branco, homem, cis, heterossexual e de classe media no Brasil pela formulação semiótica das grandes empresas de comunicação. Todo o resto, as minorias, são telespectadores ou não comunicadores das informações cotidianas, e a relação cotidiana que criamos como nossas experiências vividas se tornam novelas que ninguém jamais irá assistir ou dar ibope, perdendo assim a validade de serem contadas.

Além disso, dados de um estudo de 2012 feito pela Fundação Getúlio Vargas<sup>31</sup> mostra que em nove anos de pesquisa que o grupo fez houve um aumento expressivo de inclusão digital. Em 2003 o acesso era de 8% de pessoas em domicílio com internet, já em 2012 o acesso passou a ser 33%. No entanto, o mesmo relatório aponta que a distribuição socioespacial é muito desigual, sendo na cidade grande onde mais se tem acesso à internet pela maior facilidade de oferta de serviços. Também não podemos considerar o acesso a computador e internet como um único medidor de democratização dos meios de comunicação. Porque deve se levar em consideração que a interação na rede via protocolos que criam bolhas de acesso fazem com que das redes que você interage dependem as informações que você acessará.

Nossas tecnologias e conhecimento das mesmas são escassos, já as Estados Nações parecem impérios em termos de recursos tecnológicos. Particularmente, o governo dos Estados Unidos foi amplamente denunciado por Julian Assange pelo uso de desenvolvedores da internet como mecanismo de vigilância de massas. O pesquisador Pablo Ortellado pontua que:

---

31

“*cyberpunks* é um alerta para esse processo que já está em curso, embora seja invisível para a maioria das pessoas. Para combatê-lo, os autores deste livro defendem o esclarecimento da população, um maior controle público das instituições de vigilância e estratégia técnicas, baseadas em criptografia, para contornar a espionagem de empresas e de governo. Além disso, exigem em contrapartida à proteção dos dados pessoais seja dada maior visibilidade às atividades governamentais”.

Neste sentido, no Brasil, nem ao menos a inclusão digital existe. Já nos deparamos com os problemas de que a internet tem em escala global. Ortellado diz não ser segredo que todos os caminhos que vão e vêm da América Latina passam pelos Estados Unidos. Então esta relação de vigilância e controle da internet está colocada como um problema de infraestrutura, ou seja, não temos nem ao menos os meios de produção de internet que seja livre, este mais um elemento para compor a cartografia de dominação.

O que me faz assumir com mais emergência a preocupação de pontuar a comunicação como política. Comunicar é uma ação política, não é apenas uma ferramenta de registro da realidade e, se a compreendemos como tal, nos colocamos em vias de esquecer “que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade. A racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação”(Adorno e Horkheim, 1985, p.100) Os pensadores Adorno e Horkheimer fizeram tal afirmação acerca da indústria cultural como meio de problematizar a cultura a partir da teoria marxista. É possível operar o mesmo diagnóstico para a sociedade atual, levando em conta que a conectividade é mais um dos elementos culturais? Ou seja, a internet vista como mais uma quinquilharia que compõe a maquinaria econômica do capitalismo?

O sociólogo espanhol Manuel Castells parece fazer uma análise mais otimista em relação à internet e a construção democrática com os movimentos em rede. Ele parece mais próximo da narrativa da Mídia Ninja e sua ideia de massa de mídia que resignifica a forma de produção comunicativa em ação. Neste sentido, não posso deixar de lado a experiência de corpo presente no Ocupa Brasília, mas também como os meios digitais e as empresas de comunicação compreenderam tal experiência, porque na

máquina do Estado e de centralização de poder sobre as vidas e a política, estas hoje têm um poder preponderante acerca dos rumos do país em termos de produção de desejo e micropolítica. O que se evidencia neste caso foi uma efetiva produção do medo enquanto afeto de controle político, assim como a espetacularização da violência militar, policial e da força de governo em garantir a ordem do dia a tiros, bombas e gás lacrimogênio, assim como a instituir o afeto do corpo calado, da memória traumática de participação política e de 49 corpos feridos e toda uma população presa a informação que autoriza as forças armadas a estabelecer a ordem, enquanto todos e todas perdemos nossos direitos.

Cada um desses acontecimentos citados são fluxos de quanta, prolongamentos de micropolíticas autoritárias. Vale lembrar aqui que em 2013 aconteceram de forma espontânea muitas ocupações de terra e territórios da cidade, que reivindicavam desde moradia, espaços culturais, melhorias na educação no ensino superior e também as ruas foram tomadas para denunciar os preços abusivos de transporte na cidade e a dificuldade das pessoas de se locomoverem. Esses acontecimentos ativaram a ocupação de nossos sujeitos nos espaços públicos, assim como as ações estéticas de quebrar as fachadas dos bancos na cidade como forma de denunciar a financierização.

Desde então, as manifestações dos movimentos sociais passaram a ser compreendidas como manifestações a serem controladas com a violência ativa da política e polícia militarizada. Como se uma espécie de engrenagem autoritária passasse a se organizar de forma mais sistemática. Para ((Deleuze e Guattari, mil platôs 3, 1996. pg. 88) “o molecular, a microeconomia, a micropolítica, não se define no que lhe concerne pela pequenez de seus elementos, mas pela natureza de sua "massa" - o fluxo de quanta, por sua diferença em relação à linha de segmentos molar”

É o mesmo que apontar para administração genocida dos jovens negros nas periferias, e suas mazelas pela precariedade de vida em que as periferias de São Paulo e as mulheres negras, suas mães, se encontram. Assim como para os debates da maioria penal no interior da máquina abstrata, assim como os discursos racistas que decorrem em relação à criminalização da juventude negra e seu encarceramento em massa. Todas essas frequências apontam para o racismo e a violência da máquina abstrata, o Estado. Assim como para as desigualdades existentes e fortalecidas no plano da micropolítica, de administração dos afetos de medos e insegurança, assim como na

organização de uma segurança letal para os negros, mulheres e militantes dos direitos humanos.

Legenda:

Fotografia tirada numa reintegração de posse em Manaus em 2008. Foto: Luiz Vasconcelos. Retirada do link: [ttp://escrevalolaescreva.blogspot.com/2010/12/algumas-imagens-marcantes-da-decada.html](http://escrevalolaescreva.blogspot.com/2010/12/algumas-imagens-marcantes-da-decada.html) (retirada dia 18 de junho de 2018)

### 3º Capítulo – Ocupação pela descolonização do pensamento ou Disputa por um lugar de fala e um pensamento criativo



32

Em 2012 os estudantes da Unifesp ocuparam a universidade para lutar por uma educação pública de qualidade e também para reivindicar a construção do prédio no campus que havia começado a funcionar sem instalações devidas para uma universidade. Esta mobilização de estudantes, assim como outras desde o começo da existência da universidade, sempre se deu de forma muito conflituosa, porque os estudantes que entraram nesta universidade eram oriundos em grande maioria de escola pública, assim como tinham o perfil de baixa renda, pobres, periféricos, negros e mulheres, sujeitos os quais em outro momento não teriam acesso a esse espaço da produção de conhecimento. Eles se deparavam com uma máquina administrativa que continuava a esperar homens brancos de classes médias urbanas como o *sujeito estudantil*. Então, as mulheres que entraram na universidade e que eram mães

---

<sup>32</sup> Autor da fotografia desconhecido. Esta fotografia foi tirada na ocupação feita por estudantes na Unifesp de Guarulhos em 2012. Esta no link: <https://unifespemluta.wordpress.com/2013/07/05/universidade-popular-dos-pimentas-unipopi/> (retirada dia 18 de abril de 2018)

reivindicavam creches e espaços para que as crianças pudessem frequentá-la como forma de garantir o direito à educação das crianças, dado que não houve uma universalização do acesso das crianças à educação no Brasil. Assim como as estudantes negras e estudantes e negros, essas estudantes mães traziam para o bojo na produção de conhecimento outros paradigmas que a história da filosofia, a sociologia e a antropologia não conseguiram trazer à tona.

Deleuze (*Conversações*, 2010. P. 156) aponta os bloqueios de pensamento da filosofia quando faz uma reflexão “sobre” e neste sentido propõe uma ideia de intercessores para apontar que o pensamento precisa ser criativo, de invenção, que demonstra pelo que se afeta e se faz afetar em sua produção que não é reflexiva. É um fato de que não posso esquecer no decorrer de todo esse curso de graduação, como os grandes clássicos da sociologia como Marx, Durkheim, Weber assim como autores que fundamentaram a ciência política como Aristóteles, Montesquieu, Rousseau, e na antropologia Levi Strauss, Marcel Mauss, Radcliffe Brown. A questão não refere-se a não passar por esses autores, a questão é que os mesmos estão a oceanos de distância de mim e de minha experiência enquanto sujeito vivente e também enquanto produtora de pensamento.

Minha vizinhança é atravessada pelas lutas e saberes, das resistências políticas cotidianas das culturas indígenas, quilombola e brasileira para conseguir continuar viva e se apresentar como existente. Meus intercessores são movimentos sociais, o MTST e os movimentos feministas principalmente, onde aprendi muito sobre a história do nosso país. Assim como com as benzedadeiras, curandeiras, mestre e professora de capoeira, Yalorixás e Babalorixás, onde fui ensinada e cuidada cotidianamente sobre saberes de vida e pesquisas militantes. Conhecimentos todos asujeitados pelos conhecimentos acadêmicos da filosofia e ciências sociais escrita pelas mãos dos homens brancos, autores que penosamente tive que me debruçar no longo de toda trajetória acadêmica.

Neste sentido, ressalto que cartografar minha experiência enquanto sem teto, aparência branca, mas de ancestralidade indígena e negra, estudantes de escola-presídio pública de professores mal valorizados e mal pagos chegando no ensino superior público, local que historicamente foi apropriado pelos filhos da elite, produziu uma conexão com esses estudos teóricos das ciências sociais, o que me foi importante, mas

também Criar, inventar caminhos pelos quais os saberes da minha vizinhança se efetiva e se mostra, insurge.

As mulheres, por exemplo, no Brasil, produziram uma vasta luta e produção de conhecimentos ao longo dos últimos 100 anos (Teles Amélia. *Uma breve história sobre o feminismo no Brasil*, 2017). A autora é a própria experiência vivida de lutas e produção de saberes vistos como não legítimos pela universidade. Neste livro ela discorre sobre momentos históricos onde as mulheres negras, indígenas e trabalhadoras urbanas quebraram o campo do invisível e apareceram enquanto sujeitos políticos. Necessitaria de um amplo trabalho com muitas lupas para interrogar de fato a trajetória de ação e pensamento destas mulheres na história brasileira.

A reivindicação estudantil de uma universidade popular remete a uma pedagogia e educação que abarcam sujeitos e saberes como de Amelinha e de muitas outras mulheres que infelizmente até hoje não entram em nossos currículos formais. Em 2013 fizemos uma roda de conversa na universidade promovida pelo Núcleo de filosofia e política, sobre o feminismo dentro e fora da universidade<sup>33</sup>, onde contamos com a presença da Amelinha. O diálogo apontava para a necessidade das produções da universidade trazerem saberes e acontecimentos sociais e políticos não como especialistas de uma determinada ciência, teoria ou fato social. Mas sim apontar determinados acontecimentos históricos onde os sujeitos que foram invisibilizados aparecem. Neste caso, trata-se das mulheres e do pensamento feminista brasileiro que historicamente se demonstrou interseccional, ou seja, que compreende a análise social no bojo das análises de gênero, classe e raça, pois só assim seria possível atravessar o oceano da ciência eurocêntrica e visualizar fragmentos de nossa realidade.

Não por acaso, Djamila Ribeiro, aponta (*O que é lugar de fala?*, 2017, P. 15) “há a tentativa de deslegitimação da produção intelectual de mulheres negras e/ou latinas ou que propõem a descolonização do pensamento”. Não é à toa que nosso autoconhecimento acerta de nossa história e análises sociais e políticas andam a passos lentos, rabiscadas em notas de rodapé que ninguém quer ler. Há um problema na própria produção de conhecimento e na forma como os saberes são qualificados e sofrem a

<sup>33</sup> <https://filopol.milharal.org/2013/09/16/feminismo-dentro-e-fora-da-universidade/> Escrevi esse texto logo após a roda de conversa como forma de narrar a minha experiência de mulher militante na universidade relacionado com os saberes que Amelinha apontou nesta roda. E os enfrentamentos necessários que fizemos para que o feminismo tivesse espaço enquanto epistemologia nas humanidades.

ordem discursiva no interior das administrações de conhecimentos. Djamila cita Lélia Gonzalez que anuncia que o mesmo privilégio social existente passa também por um privilégio epistêmico, e essa crítica serve inclusive para o feminismo que não reconhece a importância de combater as desigualdades sociais, o enfrentamento ao capitalismo, ao patriarcado, ao machismo e ao racismo. É nesse sentido que Djamila encontrou nas pensadoras negras um lugar de resistência, inclusive do ponto de vista de produção de conhecimento. A autora cita a descolonização do pensamento como uma proposta de Gonzalez (*O que é lugar de fala?* 2017. P. 26):

[...] Ressaltar o quanto que é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção de poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo.[...]

Ela ainda aponta que tanto Gonzalez como Linda Alcoff “criticam a imposição de uma epistemologia universal que desconsidera o saber de parteiras, povos originários, a prática médica de povos colonizados, a escrita de si na primeira pessoa e que se como legítima” (Ribeiro, Djamila. 2018, p. 26). Neste sentido, principalmente as universidades de expansão precisariam se preocupar não apenas com os currículos já existentes no interior das universidades já consolidadas, mas também em considerar os saberes e conhecimentos dos sujeitos que serão incorporados pela a universidade. Por exemplo:

[...] Alcoff reflete sobre a necessidade de se pensar outros saberes. Pensando num contexto brasileiro, o saber das mulheres de terreiro, das Ialorixás e Babalorixás, das mulheres do movimento por luta por creches, lideranças comunitárias, irmandades negras, movimentos sociais, outra cosmogonia a partir de referências provenientes de religiões de matriz africanas, outras geografias de razão e saberes. [...] <sup>34</sup>

Estudos apontam Guarulhos, em comparação com os demais municípios do Estado de São Paulo, como a maior concentração de terreiros, assim os lugares de

---

<sup>34</sup> Ribeiro, Djamila. *O que é lugar de fala?* P. 27.



religião de matriz africana têm uma importância fundamental. Ao mesmo tempo em que esse trabalho se escrevia, eu ajudava a coordenar o curso das promotoras legais populares no bairro do Pimentas, onde tivemos um aula sobre intolerância religiosa e contamos com a presença da Yalorisà Claudia de Oyá, em que ela relata um cenário de preconceito social absurdo em relação ao povo negro e as religiões destas matrizes:

[...] “Infelizmente tem alguns líderes religiosos que se aproveitam do seu lugar de poder para poder conduzir e politicamente falando provocar as discórdias e para poder mostrar o que são as maiorias e as minorias, só esse ano, infelizmente, nós tivemos 57 ataques em casa de santo, sendo esses crianças, adolescentes, senhoras, botaram fogo, apedrejaram. Isso é justo? Eu tenho certeza que são seres humanos normais, crianças normais, senhoras normais que estão ali dentro. O direito de bater tambor. É tão engraçado né. Pelo que saiba todos os ritmos que foram criados, foram tirado primeiramente do tambor, todos. Historicamente falando, os ritmos as músicas. O direito de bater o tambor incomoda, o direito de usar essas roupas coloridas incomoda, o direito de usar um fio no pescoço incomoda” [...] <sup>35</sup>

Uma pessoa tem que ter no mínimo 20 anos de formação na cultura de Matriz Africana, de estudos e práticas, dentro do terreiro e do bairro para ser uma Yalorisà. Esses saberes não podem ser asujeitados e fiquem no campo dos saberes que não têm legitimidade para estarem na universidade, pois sem estes somos incapazes de criar uma produção científica própria. Historicamente nos deparamos com uma realidade do povo negro, sem terra e sem teto, de suscetibilidade e precariedade, e o adensamento urbano dificulta as religiões e os terreiros a se organizarem para ter espaços de cultuar sua ancestralidade, assim como acessar leis e regulamentações que garantem acesso aos bem públicos e direitos sociais. Como Djamila aponta, é necessário identificar às identidades que foram historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico.

---

<sup>35</sup> Transcrição feita por mim na aula da Yalorisà Claudia de Oyá.

Historicamente as mulheres brancas, indígenas e negras foram silenciadas. Pensando nas ocupações das universidades e principalmente nas ocupações secundaristas que ocorreram nos últimos anos no Brasil, há uma gama de trabalhos que apontam como essas mulheres têm sido protagonistas de luta de espaços na educação pública, na escola e na universidade como espaços em que se possa se reconectar com os saberes que foram invisibilizados, formulando produções teóricas ativistas que apontem para os problemas sociais e políticos em nossos bairros, cidades, país e na organização de toda a sociedade.

Seria necessário muito mais do que alguns parágrafos para pontuar como as mulheres foram silenciadas do ponto de vista da produção do conhecimento. Por exemplo, podemos nos valer do trabalho de Amélia Teles (2009. P. 28) sobre como as mulheres indígenas na colonização eram vistas:

[...] Como esposas, concubinas ou empregadas domesticas. A mulher indígena foi usada pelos colonizadores, “que se apropriaram assim de sua capacidade reprodutora, perdendo paulatinamente sua capacidade erótica nesta função sexual-reprodutora separada do prazer”. Alias vale ressaltar que em pleno ano de 1992, num editorial da folha de S. Paulo, de 11/2/1992... Onde o Coronel Francisco Abrão (comandante do 50 Batalhão Especial de Fronteiras do Exército), que afirma que seus soldados são ameaçados de estupro pelas mulheres indígenas, quando estas estão “no cio” [...] <sup>36</sup>

Não é à toa que são homens que escrevem e que tem lugar de fala nos jornais e nos principais noticiários, assim como nos livros, dissertações, teses e artigos sobre a população indígena no Brasil. Seria de responsabilidade de uma instituição que se propõe produtora de conhecimento colocar no debate as narrativas das populações indígenas e das mulheres indígenas. Aqui no bairro onde está a universidade temos em nossas proximidades mais de três etnias indígenas que ocupam este território. Não é possível que estudantes e professores das áreas da antropologia estudem indígenas nesta universidade e não incentivem ou tragam para o debate público a necessidade desta universidade e principalmente deste campus acolher com políticas específicas lideranças

---

<sup>36</sup> Teles, Maria Amélia de Almeida, 1950. Breve história sobre o feminismo no Brasil e outros ensaios. São Paulo: Editora Alameda, 2017.

indígenas e todos das demais comunidades a adentrarem este espaço, seja para dar aula ou se formar. E enquanto isso não acontece, até o lugar de fala é rejeitado a esses povos, que expressam sua luta e necessidade ocupando terra aqui em Guarulhos<sup>37</sup>.

Neste sentido, a insistência de falar de universais e de lugares abstratos, reflexões não situadas, não corporificadas, tanto formula um sujeito majoritário para a ciência a partir daquele que fala, como organiza um discurso a partir de uma narrativa unívoca que não garante as diferenças existentes do lugar de quem fala, assim como desqualifica aquelas que se situam em algum lugar como a ciência do menor. (Haraway. Donna. Saberes Localizados, cadernos pagu (5) 1995: p. 19) aponta que a “objetividade feminista significa simplesmente saberes localizados”, assim como recusar o lugar do Deus cristão, ou seja, daquele que vê e tudo ouve e que por isso pode e consegue criar tudo acerca de seu lugar de legitimidade máxima sobre tudo. Vale, neste sentido, contestar esse grande olhar que as ciências produzem sobre a sociedade, afinal as ciências são também demarcadas pelos valores e relações de poderes existentes. Os cientistas e sua produção devem estar dentro das análises sociais enquanto objeto não só como sujeito ativo.

Não à toa, as feministas negras precisam defender e nomear quando falamos de mulheres, de que mulheres estamos falando?? Precisaram defender que o feminismo fosse enegrecido. Isso porque mesmo nos lugares de resistência e luta política, qualquer lugar ou em qualquer momento, os sujeitos que por algum motivo detém algum privilégio precisam estar atentos não apenas para a dominação social, por excelência, mas as relações de poder que se produzem de forma ínfima, mas tão totalizante por vezes quanto qualquer estrutura social.

Em 2012, na construção da greve e da ocupação no campus Pimentas, grande parte das pessoas que construíram ambos os movimentos diariamente eram mulheres. E no comando de greve instituído a maioria de falas que buscavam construir uma direção para o movimento era feitas por homens. Até que um dia específico de negociação da greve e ocupação, o movimento tinha pautas estudantis sistematizadas entre elas: prédio, bandeirão, transporte, creche e moradia, entre outras.... Mas, no momento de negociar, o comando de greve repleto por estudantes homens avaliaram que a pauta de creche poderia ser suprimida já que não era tão relevante<sup>38</sup>. No momento e de forma

<sup>37</sup> <https://jornalistaslivres.org/retomada-da-terra-sagrada-1/> (retirado dia 20 de junho de 2018)

<sup>38</sup> Caderno de campo, da greve de 2012. Link: <https://diarioviolenciadomestica.milharal.org/eu-mulher-e-o-espaco-publico/> (retirado dia 21 de junho)

muito precária organizamos uma roda de conversa que tinha como objetivo debater a questão da creche na Unifesp de Guarulhos, em que minha defesa incessante era:

[...]na questão da educação, a creche não é um direito que deve ser conquistado essa luta já aconteceu (só para reforçar por mulheres). Esse direito da criança está expresso desde a declaração universal dos direitos humanos até a constituição federal. Nas Leis de diretrizes e bases da educação Nacional ao Estatuto da criança e do adolescente. E inclusive no estatuto da própria universidade. Claro nós também reconhecemos os problemas que um estado de direito que guarda dificuldades de execução e armadilhas em suas leis. Afinal como diria Marx “O direito e (eu acrescento) as leis, são os chicotes do capitalista burguês”. Nesse sentido a não incorporação da creche no suposto projeto do novo prédio vai desde um problema de complexidade entre as competências dos entes federados até um esvaziamento de interesses políticos de aprofundamento desta como uma questão prioritária para o acesso e permanência das mães do campus. Sem visibilidade esta pauta restringe a autonomia das mulheres e o direito à educação das crianças.

Por fim, eu finalizo lançando a proposta de pensarmos juntos, independente de sexo, de gênero, ou desejo no que diz respeito à maternidade ou paternidade. Transformarmos a pauta da “CRECHE” desde uma pauta política propositiva de GREVE no que diz respeito ao acesso e garantia do direito humano a educação de qualidade tanto para as crianças como para seus responsáveis estudantes, professores, funcionários e moradores ao entorno do campus. Mas também evidenciar a partir disto os problemas de gênero que circulam entre nós. [...]

Até o momento que escrevo esse trabalho, a creche não foi construída na Unifesp, após sete anos do movimento estudantil pautar de forma sistematizada suas demandas de forma ampla. Hoje as crianças não podem entrar no campus, pois existe

uma avaliação que se uma criança entrar no interior da universidade e algo acontecer com ela a instituição deveria responder, e quem deve responder por seus filhos são as mães e os pais e não uma instituição pública. Interessante que neste ponto de vista burocrático-administrativo o campus aqui de Guarulhos continua tanto fechado às suas funções sociais como produzindo cerceamento com o próprio bairro que o acolheu. Precisaria de um estudo próprio e com muito detalhamento para compreender do porque as pessoas que estão dentro da Unifesp não conseguem imaginar sua invenção a partir do chão que elas pisam, que no caso é o bairro dos Pimentas. E que existe uma construção de luta popular para que esse campus estivesse aqui, luta a qual não se refere a trabalho acadêmico daqueles que fizeram o plano político pedagógico do campus, mas dos moradores que aqui reivindicavam uma universidade de medicina.

Finalizo esse capítulo não com conclusões acerca da descolonização do conhecimento, mas com apontamentos necessários para que inventemos outras rotas e sujeitos de intersecção com a produção do conhecimento, assim como consigamos entender esses como produções legítimas e valorosas, apesar de menores, porque combatem a ciência majoritariamente política do homem branco europeu, assim como guardam sua potência do ponto de vista se emergir e insurgir sobre a paralisia dos discursos sem lugar de fala ou sem saber situado em um corpo. E que um dia esta universidade seja de fato popular e dos Pimentas, para que ela possa ser do resto de todo o Brasil, afinal quem não entende de onde veio não consegue caminhar para produzir para onde vai.

## Conclusão

Cada uma destas cenas que descrevi foram recortes de experiências que avaliei serem importantes, e ao registrá-las percebo que há um campo de análise que traz para o visível sua relevância, que é a experimentação como método de apontamento de uma realidade social que nos permite ver a imensidão dos detalhes que um determinado voo não visualiza. Um sujeito vivente por si só pode não conseguir pontuar as questões de forma técnica, com uma teoria científica, os problemas sociais que o atravessam, mas é também igualmente verdade que a técnica científica sem a experiência vivida pode se referir a um determinado problema social e não necessariamente conseguir identificá-lo em suas nuances, fluxos e bordas.

Esses registros estão relacionados com a ideia de ocupação. E entendo ocupação como um instrumento de ação política, seja ela uma ocupação de terra em defesa de moradia, seja ocupação de uma cidade-capital em defesa de direitos constitucionais ou a ocupação de uma universidade pela descolonização do conhecimento. Uma ocupação é uma tecnologia política desenvolvida e aprofundada na atualidade pelos movimentos sociais, artísticos e culturais como forma de disputa do micropoder para enfrentar não apenas a estrutura social que impõe um determinado ordenamento macropolítico, muito antes disso refere-se a uma disputa corpórea de como as forças sociais e políticas disputam e atingem os corpos em esfera individual e totalizante, onde a guerra em grande escala está em todos os territórios, como numa circunstância provocada de ação coletiva espontânea, que se mostra naqueles que desejam outras relações possíveis fora de uma cultura capitalística.

Não por acaso, nos últimos anos no Brasil vimos uma ativação exponencial de movimentos de rua e outras manifestações políticas e artísticas que visaram ocupar para demonstrar suas reivindicações, seus modos de vida e de compreensão de para quem é a cidade? Quem pode acessá-la? E os privilégios e necessidade que cada grupo social tem em relação à cidade, à política e à produção de saber em nossa sociedade. Ao longo dos últimos anos a população brasileira como um todo demonstra sinais de que uma mudança social é necessária e emergencial.

Neste sentido, esses retratos que fiz da minha experiência tanto do ponto de vista do meu corpo em relação aos espaços de manifestações de rua, violências policiais, produção subjetiva do medo, ou da produção de conhecimento que se faz entre pesquisadores. Enquanto devir-pesquisadora, busquei estabelecer com a comunidade que nos cerca, o bairro Pimentas, uma experimentação de pesquisa ativista assim como a imanência cotidiana de ações para estender e transformar os conhecimentos das

ciências sociais na periferia do mundo, na periferia de São Paulo e na periferia da produção acadêmica e intelectual. Mesmo reconhecendo nossas precariedades, aceitar o ponto de partida de onde nos pés pisam, e nos entregarmos à criatividade de nossos próprios pressupostos teóricos de latinos americanos, indígenas, quilombolas e negras que somos. Neste sentido, esse trabalho de conclusão de curso abre um caminho para me relacionar com esses saberes minoritários, menores, mas não menos do ponto de vista da grandeza em que se expressam para uma análise sócio-política brasileira.

Por fim, seriam muito importantes formulações de pesquisa-ação para que conhecimentos que foram asujeitados ou subjugados pela história da ciência eurocêntrica terem lugares e espaços para serem produzidos e formulados no interior das universidades brasileiras. Mais ainda de uma universidade como a nossa, cujos estudantes historicamente vêm pautando esta demanda, com as lutas por descolonização e lugar de fala na greve de 2012, assim como a ocupação de 2016. É preciso melhorar o desenvolvimento do tripé pesquisa-extensão-ensino, assim como melhorar e aprofundar as políticas com ênfase nas especificidades de mulheres, mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres indígenas, mulheres sem teto e mulheres sem terra, para que tenham condições de acesso e permanência, assim como possibilidades de desenvolverem projetos de pesquisa, extensão e ensino no interior da universidade. Há muito a ainda o que ser feito.

## Bibliografia

Agamben, Giorgio. Homo Sacer. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

Arendt, Hannah. A condição humana. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. Entre o passado e o futuro. Que é liberdade? - São Paulo, Perspectiva – 2013.

Aquino, c. R. Fidalgo de. A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). 2008. 201 pgs. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo. 2008.

Boulos, Guilherme. Porque Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto.

\_\_\_\_\_. <https://www.cartacapital.com.br/revista/954/o-que-quer-a-rede-globo>

Deleuze, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, volume 3. São Paulo: Editora 34, 2012.

Deleuze, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, volume 4. São Paulo: Editora 34, 2012.

Deleuze, Gilles. Conversações. São Paulo: Editora 34, 2004.

Foucault, Michel. Nascimento da biopolítica. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2004

Guattari, Félix; ROLNIK, Suely. Micropolítica – Cartografias do Desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

Geertz, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

Haraway, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva racial. Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.

Jesus, Carolina Maria. Quarto de desejo. Diário de uma favelada. São Paulo: Círculo do Livro, 1960

Paula Bolonha and Marciano Kappaun. Ocupar, lutar e (r)existir - Notas etnográficas em duas ocupações. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP. 2016

Ribeiro, Djamila. O que é lugar de fala?/ Djamila Ribeiro – Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.



Teles, Edson. Democracia e Estado de Exceção. Transição e Memória Política no Brasil e na África do Sul.

\_\_\_\_\_. Sobre a Cracolândia:

<https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/31/cracolandia-redencao-ocupa-brasilia-e-a-militarizacao-da-politica/>

\_\_\_\_\_. 2018. O Abismo na história: ensaios sobre o Brasil em tempos de comissão da verdade. – 1 ed. – São Paulo: Alameda

Teles, Maria Amélia de Almeida, 1950. Breve história sobre o feminismo no Brasil e outros ensaios São Paulo: Editora Alameda, 2017. 302.p